

A VISÃO DE INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A PARTIR DE ACEMOGLU: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DE ESTUDOS REGIONAIS APLICADOS AO BRASIL

Sávio Bertochi Caçador¹

RESUMO:

O crescimento econômico de regiões depende das instituições e as instituições, ao mesmo tempo, são uma medida do crescimento econômico. A contribuição pretendida por este artigo é reunir e propor uma organização de ideias dispersas no tema “instituições e crescimento econômico”, com foco nos estudos de Daron Acemoglu e coautores. Assim, o artigo busca comparar sua análise com a de outros autores institucionalistas, e evidenciar a relevância acadêmica a partir de uma síntese de estudos no âmbito regional brasileiro que utilizaram sua metodologia empírica. Passando às aplicações a regiões, estados e municípios brasileiros, o artigo mostra que a evolução das desigualdades regionais brasileiras tem raízes históricas e, sobretudo, institucionais, e a análise a partir de elementos teóricos como instituições *de facto* e *de jure*, e da distinção entre instituições inclusivas e extrativas, evidencia a importância da análise de Acemoglu e coautores para o entendimento de aspectos fundamentais do desenvolvimento regional brasileiro.

Palavras-chaves: instituições; crescimento econômico; economia regional; Brasil.

Código JEL: D02; O43; R11.

ABSTRACT:

The economic growth of regions depends on institutions and institutions, at the same time, are a measure of economic growth. The contribution intended by this article is to gather and propose an organization of ideas scattered on the theme “institutions and economic growth”, focusing on Daron Acemoglu and coauthors studies. Thus, the article seeks to compare its analysis with that of other institutionalist authors, and highlight academic relevance from a synthesis of studies in the Brazilian regional level that used their empirical methodology. Going to applications to Brazilian regions, states and municipalities, the article shows that the evolution of Brazilian regional inequalities has historical and, above all, institutional roots, and the analysis from theoretical elements such as *de facto* and *de jure* institutions, and the distinction between inclusive and extractive institutions, highlights the importance of Acemoglu and coauthors analysis for the understanding of fundamental aspects of Brazilian regional development.

Keywords: institutions; economic growth; regional economy; Brazil.

JEL Code: D02; O43; R11.

Data da submissão: 08-05-2025

Data do aceite: 23-05-2025

1. INTRODUÇÃO

Atualmente as escolas de pensamento econômico que enfatizam o papel das instituições reúnem um corpo teórico vasto e abrangente. O fato é que esse campo de pesquisa tem crescido

¹ Economista no Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) - Vitória – ES. sbcacador@hotmail.com

de importância, seja para explicar o funcionamento da economia, seja para observar como a mudança institucional afeta o modo de vida das pessoas e a organização da produção nas diferentes regiões. Apesar dos seus recentes progressos e por ser uma área de pesquisa em desenvolvimento, ainda existe forte discussão sobre o papel das instituições no crescimento econômico de regiões.

Acumulação de capital, aumento da força de trabalho, progresso tecnológico e capital humano, os economistas há muito tempo se interessam pelas causas mais “imediatas” do crescimento econômico. E temas importantes como sistemas nacionais de inovação, arranjos produtivos, redes de cooperação, reformas institucionais, direitos de propriedade, dilemas sociais, maldição dos recursos naturais, entre outros, se juntam àquele interesse já estabelecido. As instituições ganham destaque como engrenagem importante do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que podem ser vistas como uma de suas medidas.

De fato, na visão dos institucionalistas, os “determinantes fundamentais” dos níveis de desenvolvimento e das taxas de crescimento são precisamente as instituições, de modo que as diferenças entre os países nos níveis de desenvolvimento econômico são fundamentalmente explicadas pelas diferenças institucionais. Que as instituições importam para o desenvolvimento econômico é praticamente um consenso entre os economistas, no entanto, uma questão crucial continua sem resposta nessa literatura: quais medidas concretas levariam a uma melhoria nessas instituições?

Neste contexto, e para avançar nesta discussão, cabe ressaltar porque o artigo foca nos estudos de Acemoglu e coautores. É óbvio que as demais abordagens para o tema instituições e desenvolvimento econômico, abordadas nesse trabalho, também têm contribuições relevantes para o debate. Contudo, entende-se que a contribuição de Acemoglu e coautores se sobressai nos seguintes pontos: (i) sua abordagem mais determinista sobre o impacto das instituições políticas na prosperidade das nações, enquanto os outros autores focam em aspectos culturais, históricos e estruturais do desenvolvimento econômico; (ii) sua abordagem de causalidade empírica, combinada com elementos históricos, que conecta o efeito de instituições do passado a indicadores de desenvolvimento econômico do presente por meio de estimativas econométricas que tratam do problema da endogeneidade. Esses dois pontos representam um avanço significativo em relação as demais abordagens.

Dessa forma, a contribuição pretendida por este artigo é comparar a análise de Acemoglu e coautores com a de outros estudiosos da relação entre instituições e desenvolvimento econômico, e evidenciar sua relevância analítica a partir de uma síntese de estudos no âmbito regional brasileiro que utilizaram sua metodologia empírica.

Abordando aplicações empíricas em estudos sobre regiões, estados e municípios brasileiros, o artigo mostra que a evolução das desigualdades regionais brasileiras tem raízes históricas e, sobretudo, institucionais, e a análise a partir de elementos teóricos como instituições *de facto* e *de jure*, e da distinção entre instituições inclusivas e extrativas, evidencia a importância da análise de Acemoglu e coautores para o entendimento de aspectos fundamentais do desenvolvimento regional brasileiro.

Para cumprir seus objetivos, o artigo é dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A seção dois se dedica ao tema das instituições e sua relação com o crescimento econômico, destacando a abordagem de Daron Acemoglu e coautores. Na terceira seção, será feita uma revisão da literatura empírica dos principais trabalhos que estudaram a relação entre instituições e crescimento com foco na questão regional brasileira. Por fim, a quarta seção apresentará as Considerações Finais do trabalho.

2. INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 Abordagens institucionalistas sobre o desenvolvimento econômico: uma síntese

As abordagens institucionalistas do desenvolvimento econômico se inserem no contexto dos chamados determinantes “profundos” dos níveis de renda e das taxas de crescimento de países e regiões, seguindo uma distinção que remonta a Abramovitz (1952) e Lewis (1955) e já amplamente adotada na moderna economia do crescimento. Os determinantes “imediatos” ou “próximos” são representados pela acumulação de capital físico e humano, bem como o progresso técnico (ROS, 2013). Já os determinantes “profundos” ou “fundamentais” incluem instituições (políticas e econômicas), cultura e geografia (ROS, 2013). Dada a ampla utilização dessa distinção, cabe lembrar a advertência de Lewis (1955) de que os determinantes “próximos” podem afetar os determinantes “fundamentais”, de modo que o que realmente se tem é uma multiplicidade de causas interagindo entre si, separadas apenas para fins analíticos.

A literatura sobre o tema instituições e desenvolvimento econômico tem prosperado desde o início dos anos 2000 entre historiadores econômicos, economistas do desenvolvimento e economistas do crescimento, conforme sintetizado por Durlauf (2020):

1) Historiadores econômicos têm fornecido estudos detalhados sobre as interações entre instituições e desenvolvimento econômico em uma ampla gama de episódios históricos. Esses episódios variam amplamente em tempo e escala, com estudos abrangendo desde detalhes das relações microeconômicas até afirmações sobre os efeitos de longo prazo de instituições específicas no desenvolvimento macroeconômico;

2) Economistas do desenvolvimento têm associado sucessos e fracassos relativos em ambientes onde as instituições das economias avançadas são atenuadas ou ausentes. Os tipos de instituições em estudo abrangem uma ampla gama de campos. Um lado da literatura estuda política e governança em sociedades em desenvolvimento, enquanto outro se concentra nas maneiras como instituições informais, como redes sociais, substituem fragilidades nos mercados financeiros ou sistemas jurídicos;

3) Economistas do crescimento têm aplicado modelos econométricos e estatísticos formais a conjuntos de dados entre países e identificado padrões gerais que relacionam *proxies* empíricas para tipos e qualidade de instituições com resultados econômicos. Nesse contexto, argumenta-se que diversas medidas institucionais têm poder explicativo marginal na previsão de diferenças de crescimento entre países. Argumenta-se ainda que as instituições representam o determinante fundamental mais robusto do crescimento em exercícios empíricos centrados nesses determinantes.

Os precursores no estudo da área são autores da corrente teórica denominada “antigo” institucionalismo e se referem, principalmente, aos trabalhos desenvolvidos por Thorstein Veblen, John R. Commons e Wesley C. Mitchell, tendo surgido no final do século XIX e se destacado entre os anos 1920 e os anos 1930. Para Veblen (1919), as instituições são definidas como hábitos estabelecidos pelo pensamento comum, de forma generalizada, pelos homens. São os hábitos de pensamento, ao tornarem-se coletivos, generalizados e enraizados no ambiente, que formam as instituições políticas, econômicas e sociais. Os hábitos são desenvolvidos quando os agentes procuram atingir determinados fins e estão relacionados a comportamentos repetidos, que reforçam a existência das instituições.

A emergência e a consolidação das instituições acontecem a partir dos hábitos, pois quando eles se enraízam na vida social, criam-se instituições fortes que são difíceis de ser

modificadas. Por isso, Veblen (1912) afirma que os homens procuram preservar os seus hábitos indefinidamente, exceto nos momentos em que as circunstâncias os obrigam a mudar. O teórico observa que a alteração dos hábitos estabelecidos é incômoda, já que envolve um grande esforço mental. Dessa forma, a mudança institucional deve ser vista a partir de uma análise evolucionária que ocorre em um contexto de seleção e adaptação. Muitos hábitos que não se adaptam a determinados contextos são eliminados, enquanto outros, ao serem aceitos no ambiente, se reforçam e permanecem enraizados na vida social. Portanto, para Veblen (1912), um processo de mudança institucional é cumulativo, se autorreforça, e, como unidade de seleção em um ambiente em evolução, está sujeito a mutação e seleção. Em sua concepção de instituições, o teórico norte-americano assume que a evolução se trata da mudança de hábitos mentais das várias classes da comunidade, em nível de cada indivíduo. A evolução e a mudança acabam por se tornar a evolução do homem e suas instituições.

Segundo Lopes (2013), o desenvolvimento econômico em Veblen aparece como dependente da ação dos agentes e das instituições, que ganham consistência a partir dos hábitos mentais. Estes afetam e são afetados pelas crenças e pela deliberação, levando a comportamentos que, junto com o marco institucional, são a chave para a compreensão da mudança e do desenvolvimento econômico.

Embora nos escritos de Veblen não fique expressa a preocupação com o desenvolvimento econômico, é possível observar que as instituições afetam todo o funcionamento da sociedade, o que inclui as condições de produção. Tanto que o autor admite serem os próprios hábitos derivados do sistema produtivo e, quando enraizados na vida social, responsáveis por criar e reforçar a existência das instituições. Em função disso, Lopes (2013) propõe que, em Veblen, as instituições figuram como determinantes das condições de produção. No caso das firmas, admite-se que suas ações e seu processo produtivo sofrem forte influência institucional.

Após passar por quase 40 anos de esquecimento, o pensamento institucionalista ressurgiu no final dos anos 1960 com a Nova Economia Institucional (NEI), que tem como principais autores pioneiros Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North. A principal hipótese da NEI é que as instituições de uma sociedade se formam por meio de complexos processos de negociação entre indivíduos e grupos de indivíduos, de modo a reduzir os custos de transação. Tais custos referem-se principalmente aos custos potenciais de rompimentos dos acordos, implícitos ou explícitos, estabelecidos para realizar empreendimentos conjuntos, em condições de racionalidade limitada e de presença de comportamentos oportunistas.

Uma das correntes principais em que a NEI se desdobra, originada nos trabalhos de North (1990, 1994), busca entender como se formam essas instituições de caráter abrangente, identificando aquelas que são mais propícias ao desenvolvimento econômico e mostrando por que em alguns países e regiões as instituições mais adequadas não são adotadas, perpetuando-se uma situação de subdesenvolvimento econômico.

Dessa forma, a matriz institucional de uma sociedade em um determinado tempo é constituída de regras e normas formais e informais, bem como pelas instituições que garantem a aplicação (*enforcement*) dessas regras, e é em razão principalmente das restrições comportamentais informais que se pode dizer que a evolução dessa matriz, ao longo de tempo, é *path dependent*. Isto porque são estas que, em última instância, dão legitimidade às regras formais e estão sujeitas a um processo muito mais gradual de evolução, por implicarem rendimentos crescentes. Assim, é relativamente fácil mudar leis e regulamentos formais, mas como o código não escrito de comportamento é muito mais difundido, as mudanças institucionais são, em geral, muito mais incrementais do que radicais.

Portanto, uma matriz institucional eficiente seria aquela que induz os indivíduos a realizarem escolhas – relativas ao tipo de aprendizado e de atividade econômica desempenhada – que contribuem para o desenvolvimento econômico. North (1990) argumenta que essa matriz institucional indutora de escolhas produtivas propicia um ambiente econômico estável através da garantia dos direitos de propriedade.

Em North, o desenvolvimento econômico é decorrência das escolhas dos agentes em interação com o marco institucional vigente e em modificação ao longo do tempo. As escolhas e as instituições são resultado das crenças compartilhadas dos indivíduos, que surgem em função dos modelos mentais e evoluem pela aprendizagem. Nessa linha ainda é importante observar que os agentes podem ser representados pelas firmas que, com sua tecnologia de produção, interagem com as instituições, determinando o desempenho a partir dos custos de produção e transação. A ideia de Douglass North fundamenta uma compreensão do desenvolvimento econômico das nações que é amplamente dependente da evolução histórica das sociedades (ambiente evolutivo).

Nesse ponto, cabe uma breve comparação entre os trabalhos dessas duas correntes institucionalistas. North define instituições como regras do jogo ou normas formais e informais. Já no institucionalismo de Veblen as instituições são essencialmente formas de pensar compartilhadas na sociedade. Assim, em Douglass North, para avançar na compreensão do desenvolvimento econômico, é fundamental analisar a interação das instituições com os mercados. Já no institucionalismo de Veblen elas não estão unicamente voltadas para esse fim. Como Douglass North se mantém fortemente vinculado à teoria neoclássica, procura definir instituições como normas, especialmente formais, que delimitam as interações entre as organizações no sistema de mercado. Por outro lado, a concepção de Veblen enfoca muito mais a emergência institucional a partir dos indivíduos, embora se reconheça que as instituições também podem ser restrições. A diferença fundamental está, portanto, na ênfase e no sentido de causalidade: enquanto para North as instituições têm um papel muito mais importante no sentido de restringir as ações dos agentes e imputar-lhes punições caso se desviem do que está proposto, no institucionalismo de Veblen as instituições emergem dos indivíduos e as regras somente funcionam porque são incorporadas aos hábitos. Contudo, mesmo que a ênfase dos novos institucionalistas recaia sobre a necessidade de regramento do sistema de mercado, North incorpora conceitos que vão além de normas jurídicas e direitos de propriedade. Importante é observar que, mesmo com concepções diferenciadas de instituições, nas duas correntes teóricas se reconhece a importância das instituições para o desenvolvimento econômico.

Uma terceira vertente do institucionalismo na Economia é a corrente neo-institucionalista. Entre os seus autores de destaque estão Geoffrey M. Hodgson, Warren J. Samuels e Ha-Joon Chang. Segundo Conceição (2001), o pensamento neo-institucionalista se centra em três dimensões: i) crítica à organização e performance das economias de mercado, por se constituírem em abstração; ii) na geração de corpo de conhecimento em uma variedade de tópicos; e iii) no desenvolvimento de uma abordagem multidisciplinar para resolver problemas econômicos e sociais.

Segundo Chang e Evans (2005), as instituições possuem o papel de *restringir, constituir e possibilitar* a ação humana. Nesse sentido, o sistema capitalista não seria um mero agrupamento de instituições que os indivíduos constroem e descartam de acordo com seus objetivos de otimização de resultados, mas sim um complexo de regras formais e informais mantidas e/ou transformadas por agentes intencionais, em que as instituições políticas, o mercado e o Estado

moldariam o sistema econômico capitalista. Instituições seriam, portanto, “mecanismos que possibilitam o alcance de finalidades que requerem coordenação supraindividual e, ainda mais importante, que são constitutivas dos interesses e visões de mundo dos atores econômicos” (CHANG; EVANS, 2005, p. 2).

Quanto à relação entre instituições e desenvolvimento econômico para os neo-institucionalistas, Chang (2005) propõe uma investigação de fatos históricos no intuito de explicitar as condições institucionais das economias atualmente desenvolvidas. A incursão na história econômica exigiria, segundo Chang (2005), a construção de teorias que expliquem os eventos observados, aplicando essas teorias a problemas contemporâneos, ainda que sem deixar de levar em conta as circunstanciais alterações tecnológicas, institucionais e políticas.

O autor opõe-se à concepção de que a chave para o desenvolvimento econômico seria a simples implementação das “boas instituições”, que alguns autores alegam estarem presentes nos atuais países desenvolvidos. Chang (2011) denomina essas “boas instituições” como *Global Standard Institutions* (GSI). O autor identifica, principalmente na literatura novo institucionalista, uma noção de GSI como aquelas instituições presentes nos países anglo-americanos, caracterizados por uma matriz institucional que maximiza a liberdade de mercado e protege de forma eficaz os direitos de propriedade.

Deste modo, argumenta Chang (2011), não existe uma causalidade unidirecional das GSI para o desenvolvimento econômico, uma vez que evidências da história econômica dos países atualmente mais desenvolvidos mostram que as GSI seriam antes o resultado do que a causa do desenvolvimento econômico. Por entender que, em geral, é o desenvolvimento econômico que induz a emergência de uma matriz institucional de qualidade, Chang (2011) sustenta que as políticas do Estado devem se voltar primordialmente aos gastos com educação, investimentos em infraestrutura, além de uma política industrial ativa. Por conseguinte, espera-se que tais políticas engendrem um ciclo de desenvolvimento econômico que será a base para a emergência de uma matriz institucional mais eficiente.

Outra vertente institucionalista é a de Peter Evans, reconhecido por seu trabalho sobre economia política comparada do desenvolvimento nacional. O autor trata de temas relacionados ao desenvolvimento, à globalização e ao papel do Estado na economia. O fio condutor é a abordagem institucional em seus trabalhos: “La perspectiva del desarrollo que se refleja en esos artículos se basa en tres premisas básicas. [...] La primeira premisa es que la comprensión del desarrollo requiere un enfoque institucionalista” (EVANS, 2007, p. 18). Evans (2007) define instituições como as regras do jogo, que são determinadas historicamente e constituídas socialmente (p. 18-19), e destaca que “las divergencias existentes en la variables a lo largo del tiempo y en distintos lugares deben entenderse, ante todo, como producto de los efectos institucionales” (EVANS, 2007, p. 19).

Evans (2004) identifica três tipos de Estados: Estados predadores, de desenvolvimento e intermediários. O primeiro, atua às custas da sociedade, prejudicando o desenvolvimento com sua incapacidade de impedir que o aparato governamental persiga objetivos individuais. A orientação para a renda, bem como para interesses particulares de agentes privados, impossibilita que os projetos econômicos governamentais sejam alcançados com sucesso. Os Estados desenvolvimentistas, são caracterizados por sua autonomia e parceria. Por sua vez, os casos intermediários exibem parcialmente e imperfeitamente aproximações com as características dos tipos ideais.

A autonomia garante que os aparatos governamentais sejam altamente seletivos, além

de munidos do recrutamento meritocrático e de recompensas de carreiras de longo prazo, corroborando para que a maximização individual por burocratas seja deixada de lado e para que o senso de metas coletivas se estabeleça. Já a parceria, parte da ideia da inserção do Estado na sociedade, promovendo parcerias entre os agentes privados e as instituições estatais no desenvolvimento de projetos e implementação de políticas.

O Estado desenvolvimentista se destaca por sua capacidade administrativa. Utilizando-se da intervenção de forma estratégica, promove transformação atuando de forma seletiva para impor forças de mercado. Para Evans (2004), não há desenvolvimento sem estado desenvolvimentista, o qual se pauta em instituições públicas sólidas e competentes. De acordo com o autor, a combinação ideal entre autonomia e parceria é o que garante a existência de um Estado desenvolvimentista.

Estados não alcançam maior grau de eficiência quando minimizam suas conexões com a sociedade, assim como os mercados também não são capazes de obter bons resultados se isolados de conexões sociais. Desta forma, de maneira similar aos mercados, a “inserção” – *embeddedness* – do Estado nas formas de relações sociais se torna condicional para que opere eficientemente, impulsionando o desenvolvimento. Estados quando inseridos em um conjunto de ligações sociais – que vinculam o Estado à sociedade –, fornecem canais institucionalizados para que seja possível a negociação e renegociação de objetivos e políticas em prol do desenvolvimento. Evans enfatiza a capacidade burocrática e a *embedded autonomy* – a inserção da burocracia pública na sociedade e na comunidade empresarial, atuando com relativa autonomia em relação à classe dominante – como característica essencial do estado desenvolvimentista.

Segundo Cavalcante (2020), esses autores – North, Chang e Evans – possuem aproximações e divergências conceituais quanto aos seguintes pontos: a) desenvolvimento econômico; b) instituições; c) Estado e economia de mercado. Os autores partem de escolas de pensamento distintas, o que não inviabiliza um diálogo entre suas concepções acerca do papel do Estado e das instituições no desempenho econômico. North é um autor seminal da NEI, possuindo uma visão mais liberal acerca da função do Estado na economia. O trabalho de Chang carrega influência do institucionalismo vebleniano, além de ser adepto da ideia de proteção à indústria infante de Friederich List. Evans vem de uma tradição sociológica, trazendo elementos da Nova Sociologia Econômica, como laços e redes, para o debate, e vislumbra um papel importante para o Estado no processo de desenvolvimento.

Em síntese, muito da evolução dessa literatura se deve à revitalização da economia do desenvolvimento, bem como às contribuições da NEI por Douglass North e seus colaboradores. De fato, na visão dos institucionalistas, os determinantes “fundamentais” dos níveis de desenvolvimento e das taxas de crescimento são precisamente as instituições, de modo que as diferenças entre os países nos níveis de desenvolvimento econômico são fundamentalmente explicadas por diferenças institucionais. O livro de Daron Acemoglu e James Robinson (2012) expressa essa tese com particular força, clareza e erudição.

Nesse sentido, Daron Acemoglu e coautores se diferenciam dos outros autores abordados nesse trabalho por sua ênfase na relação entre instituições (sobretudo instituições políticas) e desenvolvimento econômico. Acemoglu e coautores argumentam que instituições inclusivas – que garantem direitos de propriedade, incentivos à inovação e participação política ampla – são determinantes “fundamentais” para o crescimento econômico de longo prazo. As principais diferenças de Acemoglu são: (i) sua abordagem mais determinista sobre o impacto das instituições (principalmente as instituições políticas) na prosperidade das nações, enquanto

os outros autores exploram mais aspectos culturais, históricos e estruturais do desenvolvimento econômico; (ii) a mudança institucional a partir da evolução das instituições *de jure* e *de facto*, o que implica em alterações tanto do poder econômico como do poder político distribuído em uma sociedade; (iii) estimativas empíricas sobre o efeito de instituições do passado sobre o desempenho econômico no presente.

Dessa forma, dado a limitação de tamanho do presente artigo e a bem-sucedida divulgação dos trabalhos de Daron Acemoglu, o foco recairá sobre os principais estudos deste autor.² Nesse contexto, o trabalho de Daron Acemoglu tem se destacado e os principais elementos dele serão apresentados na próxima Subseção.

2.2 A abordagem de Daron Acemoglu

Daron Acemoglu tem centrado suas pesquisas em temas ligados a crescimento econômico, economia política e economia do trabalho. Esse autor frequentemente aborda a função das instituições em seus estudos, mas é difícil afirmar que ele seja filiado a alguma escola institucionalista.³ A sua principal proposição nesse campo de pesquisa pode ser sintetizada na seguinte frase: “Countries with better ‘institutions’, more secure property rights, and less distortionary policies will invest more in physical and human capital, and will use these factors more efficiently to achieve a greater level of income” (ACEMOGLU *et al.*, 2001, p. 1369).

Na sua obra, o autor destaca o papel que as instituições de uma região têm como promotoras do crescimento econômico, destacando a sua capacidade de criar e garantir o ambiente propício para tal (ACEMOGLU *et al.*, 2005). As instituições levariam então a níveis mais elevados de produtividade, capital humano e capital físico, que reproduzem o crescimento econômico tal como é comumente mensurado – a partir do aumento do PIB *per capita* (ACEMOGLU *et al.*, 2014).

Geralmente, Acemoglu realiza seus estudos que envolvem aspectos institucionais a partir do conceito de instituições da abordagem novo-institucional de Douglass North.⁴ Em Acemoglu e Robinson (2010), por exemplo, os autores citam North (1990, p. 3), que oferece a seguinte definição: “As instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana”.

Acemoglu *et al.* (2001) apontam que tipos diferentes de colonização geraram instituições que persistiram no longo prazo. De um lado, haveria os *extractive states*, cujo objetivo era transferir o máximo possível de recursos da colônia para a metrópole. Do outro, estariam aquelas colônias que reproduziam as instituições europeias, com garantias para a propriedade privada e os governos não extrativos (*institutions of private property*). Essa diferença inicial permaneceu no longo prazo e teria sido responsável pelas atuais diferenças de renda entre os países.

Pela própria natureza e metodologia do trabalho de Acemoglu *et al.* (2001), eles não

² Para ilustrar o alcance desse autor, em consulta ao Google Acadêmico de Daron Acemoglu em 07 de maio de 2025 foram identificadas mais de 254 mil citações desde 2001. Vide: Daron Acemoglu - Google Acadêmico

³ Ménard e Shirley (2014, p. 558), por exemplo, afirmam que: “Prominent mainstream economists who have incorporated institutions into their models, such as Acemoglu and Robinson (2012) and Djankov *et al.* (2003) do not see themselves and are not seen as new institutional economists and seldom trace their ideas to NIE’s founders such as Coase, North, or Williamson”. Por outro lado, Spithoven (2019) considera Acemoglu e Robinson como pesquisadores filiados à NEI. Todavia, não é objetivo do presente trabalho debater sobre a filiação teórica de Acemoglu.

⁴ Vide os seguintes textos: Acemoglu *et al.* (2005), Acemoglu e Robinson (2010), Acemoglu e Robinson (2012). Em todos esses trabalhos, Acemoglu e coautores empregam o conceito de instituições de Douglass North (1990).

detalham os mecanismos que teriam feito com que a reversão das instituições restringisse o crescimento econômico. De qualquer forma, eles argumentam que a industrialização foi nevrálgica para as trajetórias dos dois tipos de sociedade. Como tratam dos países do globo onde conseguiram dados, o nível de análise é mais geral, sem atentar para os meandros do processo ou as peculiaridades.

O esquema de causalidade é simplificado: parte-se da mortalidade potencial do colono para o desempenho atual; e o elo seriam as instituições. Um ambiente natural com poucas ameaças à saúde dos colonos europeus tenderia a atrair colônias de povoamento. Já aquelas com ambiente mais refratário, medido pela mortalidade potencial do colono europeu, levaria à instalação de instituições extrativas. Ou seja, a chave seria muito mais as condições da colônia que os interesses ou as capacidades da metrópole.

Em Acemoglu *et al.* (2002), o argumento é um pouco diferente do trabalho anterior dos autores. Além da questão da mortalidade, os autores destacam o papel da densidade populacional. Nas regiões mais densas – ou seja, relativamente mais ricas no século XVI –, os europeus tenderam a instalar instituições extrativas. Grandes populações possibilitavam a utilização de trabalho cativo ou a taxação das populações nativas. Já nas áreas que eram pobres e pouco ocupadas, houve grande imigração europeia e reproduziram-se instituições pró-mercado, não extrativas.

Haveria, assim, a reversão institucional: os europeus teriam levado instituições que garantiam a propriedade privada nas regiões que eram pobres, enquanto, nas que eram ricas em 1500, os recém-chegados introduziram ou preservaram as instituições extrativas. Mais uma vez, no longo prazo, a diferença institucional entre as áreas de colonização europeia (de povoamento) e as áreas com instituições extrativas (de exploração) teria sido responsável pela inversão das rendas *per capita* dos países colonizados pelos europeus entre 1500 e 2000.

Acemoglu *et al.* (2005) fazem uma discussão detalhada sobre as circunstâncias em que as instituições são escolhidas e sobre os mecanismos pelos quais as instituições políticas e a distribuição de recursos influenciam a economia.

Os autores desenvolvem o argumento empírico e teórico de que as diferenças nas instituições econômicas são a causa fundamental das diferenças no desenvolvimento econômico entre países. Primeiramente, eles documentam a importância empírica das instituições, concentrando-se em dois “experimentos quase naturais” na história: a divisão da Coreia em duas partes com instituições econômicas muito distintas e a colonização de grande parte do mundo por potências europeias a partir do século XV. Em seguida, eles desenvolvem o esboço básico de uma estrutura para refletir sobre porque as instituições econômicas diferem entre os países. As instituições econômicas determinam os incentivos e as restrições aos atores econômicos e moldam os resultados econômicos. Como tal, são decisões sociais, escolhidas por suas consequências. Como diferentes grupos e indivíduos tipicamente se beneficiam de diferentes instituições econômicas, geralmente há um conflito em torno dessas escolhas sociais, resolvido em última análise em favor dos grupos com maior poder político.

A distribuição do poder político na sociedade é, por sua vez, determinada pelas instituições políticas e pela distribuição de recursos. As instituições políticas alocam poder político *de jure*, enquanto grupos com maior poder econômico tipicamente possuem maior poder político *de facto*. Portanto, considera-se a estrutura teórica apropriada como dinâmica, com as instituições políticas e a distribuição de recursos como variáveis de estado. Essas variáveis mudam ao longo do tempo porque as instituições econômicas predominantes afetam a distribuição de recursos e porque grupos com poder político *de facto* hoje se esforçam para mudar as instituições políticas a fim de aumentar seu poder político *de jure* no futuro.

Nesse sentido, instituições econômicas que incentivam o crescimento econômico surgem quando as instituições políticas alocam poder a grupos com interesses na aplicação generalizada de direitos de propriedade, quando criam restrições efetivas aos detentores do poder e quando há relativamente poucas rendas a serem capturadas pelos detentores do poder.

Já em *Por Que as Nações Fracassam*, Acemoglu e Robinson (2012) tentam responder à seguinte questão: como explicar a grande divergência ocorrida por algumas (poucas) regiões a partir do século XIX? Para responder, eles constroem dois conceitos: instituições extrativas e instituições inclusivas. A diferença entre ambas se dá em relação às liberdades e direitos que os indivíduos detêm, criando, no primeiro caso, maus incentivos e no segundo, bons incentivos. As sociedades que foram capazes de fazer a transição de instituições extrativas para instituições inclusivas foram aquelas que, por consequência, mais se desenvolveram economicamente.

A obra explora como instituições políticas e econômicas moldam o desenvolvimento dos países e argumenta que a prosperidade depende da existência de instituições inclusivas, que promovem inovação, participação política e oportunidades econômicas amplas.

Os autores refutam teorias tradicionais que atribuem o desenvolvimento à cultura, geografia ou à ignorância dos governantes, e apresentam uma análise detalhada mostrando que o verdadeiro fator determinante da riqueza de um país são suas instituições. Nações com instituições extrativas, que concentram poder e recursos nas mãos de uma elite, tendem a permanecer pobres, enquanto aquelas que garantem direitos e incentivam a competição econômica prosperam.

Em suma, Acemoglu e Robinson (2012) evidenciaram que as regiões que permanecem pobres atualmente assim o são porque têm uma estrutura institucional extrativista, o que, por conseguinte, impede-lhes de promover os incentivos capazes de nutrir o investimento e a inovação. Eles reconhecem que sua teoria tem capacidade limitada de prever o futuro de sociedades específicas, de predizer quais regiões irão superar o subdesenvolvimento. Como a teoria por eles proposta tem entre seus pilares o papel da interação das instituições de cada sociedade (e suas peculiaridades) com as contingências históricas, fica claro que os rumos que cada sociedade pode tomar são imprevisíveis, como é a própria história. Contudo, ela permite afirmar as pré-condições necessárias para aquelas sociedades que vierem a fazer a transição: não há desenvolvimento econômico sem instituições inclusivas.

De acordo com Ros (2013), os trabalhos de Acemoglu e coautores testam a “hipótese do Estado de direito” em duas versões: a fraca e a forte. Essa hipótese argumenta a favor da proteção dos direitos de propriedade e de uma boa administração da justiça, ou seja, do Estado de direito como condição necessária para que o desenvolvimento econômico floresça. Na sua versão fraca, a “hipótese do Estado de direito” afirma que uma maior aplicação do Estado de direito tem efeitos positivos no desenvolvimento. É o caso de Acemoglu *et al.* (2001; 2002), que aplicaram econometria para testar a “hipótese do Estado de direito” em sua versão fraca.

Por outro lado, a versão forte da “hipótese do Estado de Direito”, ou seja, a proposição de que não apenas as instituições importam para o desenvolvimento, mas que elas são a causa fundamental do desempenho econômico de longo prazo, é uma visão proeminente nas controvérsias sobre os determinantes profundos do crescimento econômico e dos níveis de desenvolvimento, ou seja, sobre se a abertura econômica, a geografia, as instituições ou outros fatores fundamentais têm primazia sobre os outros. É o caso de Acemoglu *et al.* (2005) e Acemoglu e Robinson (2012), que apresentaram fortes evidências em favor do argumento de que as diferenças institucionais têm um impacto muito importante no desenvolvimento econômico.

Num primeiro momento, as principais contribuições para a literatura aplicada sobre esse tema (testando tanto a versão fraca como a versão forte) assumem a forma de regressões entre países e regiões, nas quais os níveis de renda *per capita* ou as taxas de crescimento são regredidos com base em variáveis institucionais e de política, além de outros possíveis determinantes dos níveis de renda e das taxas de crescimento. Em um segundo momento, os principais estudos dessa literatura reconheceram a questão da endogeneidade, o que motivou a adoção de uma abordagem de variáveis instrumentais, procedimento que envolve o uso de instituições recentes como instrumento de algum indicador do componente exógeno das instituições, o que permite ao pesquisador controlar a endogeneidade das instituições atuais em relação à renda *per capita* corrente.

Tomando como premissa esses elementos conceituais e teóricos apresentados anteriormente sobre as instituições e o seu papel no desenvolvimento econômico a partir da análise de Acemoglu e coautores, a Seção seguinte apresentará revisão da literatura empírica no Brasil sobre instituições e crescimento econômico, numa abordagem regional, buscando evidenciar a importância dos conceitos acima apresentados.

3. REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA SOBRE INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: UM ENFOQUE REGIONAL

A relação entre instituições e desenvolvimento econômico também tem sido analisada sob a abordagem da Economia Regional. Segundo Mendes (2022), é possível dividir as explicações para as desigualdades regionais no Brasil em três grupos: (a) a tradicional visão “cepalina” de atraso econômico (SUDENE, 1959); (b) a visão focada na diferença de capital humano entre as regiões (BARROS, 2011); (c) a visão institucionalista, que atribui o atraso às condições históricas de formação econômica e social, apontando dificuldade para mudar instituições construídas para perpetuar os privilégios da elite econômica. Dado o objeto desse artigo, o recorte dessa Seção recai sobre a visão institucionalista, com foco nos estudos que aplicam os conceitos de Daron Acemoglu e coautores.

No caso de estudos sobre as (i) grandes regiões e (ii) análise comparativa de estados do Brasil, nesta ordem, os seguintes textos merecem destaque: Funari (2017) e Nakabashi (2020).

Funari (2017) teve como objetivo investigar as consequências históricas da desigualdade e do papel das instituições nesse processo. Ele construiu as variáveis de desigualdade econômica (índice de Gini para distribuição de terras, já que o país era essencialmente agrário em 1920) e uma variável *proxy* para a concentração de poder político (o percentual de eleitores elegíveis para votar, uma vez que a Constituição de 1891 limitava os eleitores a homens alfabetizados com 21 ou mais anos) para os estados de Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS) a partir de dados do Censo de 1920. Cada uma desses estados é representativa de uma experiência colonial particular dentro de um ambiente *de jure* constante, o que provavelmente levou a diferentes ambientes institucionais *de facto* que podem fazer com que a desigualdade se relacione de maneiras heterogêneas com cada indicador de desenvolvimento.

O autor fez estimativas *cross-section* para cada estado via MMQO tentando identificar se essas variáveis de desigualdade econômica e política do passado (1920) afetam o desenvolvimento econômico no presente (2000) – PIB *per capita*, anos de escolaridade média, mortalidade infantil, IDH, pobreza e índice de Gini. Os resultados encontrados por Funari (2017)

foram: primeiro, não existia quase nenhuma correlação entre o Gini de terra e o percentual de eleitores elegíveis nos municípios brasileiros em 1920. Segundo, existia uma relação positiva entre desigualdade no início do século XX e resultados de desenvolvimento em 2000 para os estados de MG e SP. Já PE não apresentou indícios de relação significativa entre desigualdade econômica e resultados de desenvolvimento a longo prazo, enquanto a evidência para o RS, foi que a relação era negativa. Terceiro, não se encontrou nenhuma relação significativa robusta entre desigualdade política e resultados de desenvolvimento a longo prazo. Em quarto lugar, os efeitos da desigualdade econômica foram em grande parte devido à concentração de terra entre proprietários.

Além disso, a hipótese de que diferentes ambientes institucionais *de facto* estão associados a diferentes relações entre desigualdade e desenvolvimento a longo prazo estava, inicialmente, apenas implícita na análise de Funari (2017). Segundo o autor, importantes mudanças estruturais ocorridas durante esse período podem ser responsáveis pelas relações heterogêneas encontradas entre desigualdade e desenvolvimento a longo prazo: (1) imigração; (2) industrialização; e (3) urbanização. Após o controle dessas variáveis, os principais resultados foram mantidos, fortalecendo a hipótese do autor de que a desigualdade pode estar associada a melhores resultados de desenvolvimento a longo prazo em um contexto político específico, em uma estrutura interna do país. Funari ressalta que é possível que os efeitos teoricamente nocivos da desigualdade sejam mais bem refletidos em uma estrutura transnacional, na qual os mecanismos estejam relacionados aos diferentes ambientes institucionais *de jure*.

Funari (2017) ressalta que esses resultados são apenas correlações históricas. Nesse sentido, duas críticas podem ser feitas ao seu trabalho:

(i) ele não tratou adequadamente o problema da endogeneidade resultante do fato de que as correlações positivas entre desenvolvimento e instituições podem refletir os efeitos do desenvolvimento econômico sobre o desenvolvimento institucional, e não o contrário. Vários trabalhos têm adotado técnicas econométricas de dois estágios para endereçar essa questão da endogeneidade;

(ii) o autor não empregou nenhuma variável específica para instituições, pelo contrário, usou variáveis de controle como aspectos geográficos e escolarização para tentar capturar aspectos institucionais distintos de cada estado. Tais dados podem dizer mais a respeito de condições locais particulares do que sobre a qualidade de suas instituições.

Nakabashi (2020), por sua vez, realizou uma análise do efeito da qualidade institucional no crescimento das regiões brasileiras em uma perspectiva de longo prazo. A hipótese do estudo é de que a qualidade institucional afeta o processo de desenvolvimento econômico em associação com a hipótese de inércia institucional levam à conclusão de que as regiões que tinham variáveis relacionadas a melhores instituições no passado foram capazes de crescer mais ao longo do tempo e manter a qualidade de suas instituições até 2000. Nakabashi (2020) avalia essas duas hipóteses através da verificação dos efeitos das instituições atuais no nível de desenvolvimento de cada região, e se as variáveis supostamente correlacionadas com as instituições do passado (instrumentos exógenos) estão relacionadas com a qualidade das instituições atuais.

O autor usa *proxies* para capturar o efeito de instituições inclusivas, utilizando dados do primeiro censo (1872) – as variáveis usadas foram proporção de brancos, de estrangeiros, de analfabetos e de crianças na escola – como instrumento para controlar para os problemas de causalidade reversa, erros de mensuração e omissão de variável relevante. O trabalho empregou

a técnica de Mínimos Quadrados Ordinários em Dois Estágios (MQO2E) – para controlar o viés causado pela endogeneidade das instituições – para mensurar o impacto da qualidade institucional no desenvolvimento de 2000 (as variáveis usadas foram PIB por trabalhador, capital físico por trabalho, capital humano e produtividade), das regiões brasileiras e com dados de corte. Os resultados empíricos sugerem que as instituições são cruciais no crescimento regional e que o principal canal é via produtividade: uma melhora na qualidade institucional em 1% leva, em média, a um incremento no capital físico, humano e na produtividade de 4,1%, 1,7% e 3,0%, respectivamente. Sobre o produto por trabalhador, o efeito é de um crescimento de 4,3%.

Neste estudo, a medida de instituições é o Indicador de Qualidade Institucional Municipal (IQIM) elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 1999 do IBGE. Ele é composto pela média simples de três subindicadores: 1) grau de participação; 2) capacidade financeira; e 3) capacidade gerencial.

Nessa linha, cabe uma crítica ao trabalho de Nakabashi (2020) quanto a variável empregada para se mensurar instituições. De forma geral, o IQIM reflete a organização, sustentabilidade e qualidade das ações e políticas do setor público municipal, distinto, portanto, do conceito de instituição – “O arcabouço institucional consiste em regras formais, como as leis e regulações, e em regras informais, estando mais relacionadas às normas e convenções sociais, sendo estas muito dependentes do processo de formação da cultura de um país ou região” (p. 466) – e do conceito de qualidade institucional, a qualidade institucional usado pelo autor – “[...] depende do *enforcement* de cada uma dessas regras” (p. 466).

Passando agora ao estudo sobre os municípios do Brasil, os seguintes trabalhos realizados nos últimos 10 anos merecem destaque: Leivas, Menezes, Cravo e Santos (2015), Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), Pereira, Romero e Medeiros (2021), Suzuki, Laurini e Nakabashi (2022) e Nakabashi e Pereira (2023).

Leivas *et alli.* (2015) verificaram se a geografia das instituições é capaz de explicar a diferença em termos de renda e crescimento econômico observados entre os municípios brasileiros, entre o período de 2000 a 2010 com dados de corte. Para tanto, os autores adotaram o modelo *Spatial Durbin*, que, além de lidar com o problema da dependência espacial, permite avaliar as externalidades institucionais, ou seja, trata a questão da endogeneidade. Os resultados sugeriram que municípios que possuem vizinhos com maior qualidade institucional apresentaram pior desempenho em termos de crescimento econômico.

Os autores consideram a endogeneidade das instituições e realizam uma estimação em dois estágios, em que a variável institucional é instrumentalizada pela latitude. Para mensurar a variável instituição, eles usaram o IQIM, já citado anteriormente. As demais variáveis usadas foram PIB (*per capita* e taxa de crescimento), população e média de anos de estudo da população acima de 25 anos.

Os resultados indicam que: (i) há uma forte concentração de municípios com baixo nível de desenvolvimento econômico e baixa qualidade institucional nas regiões Norte e Nordeste do país, próximas à linha do Equador, sendo que a teoria institucionalista atribui esse fenômeno ao efeito indireto dos aspectos geográficos físicos sobre a renda, por meio do impacto que exercem sobre as instituições; (ii) municípios com vizinhos com alta qualidade institucional são afetados negativamente, o que pode estar relacionado com o fato desses atraírem mais investimentos, pessoas dispostas a empreender em um lugar mais propício para a atividade econômica, além daquelas com maior nível intelectual.

Uma crítica que pode ser feita ao trabalho de Leivas *et alli.* (2015) é o aspecto temporal de seus dados, pois eles não contêm um componente histórico que capture os efeitos da inércia institucional, enfatizada na literatura. A hipótese de que a qualidade institucional afeta o processo de desenvolvimento econômico em associação com a hipótese de inércia institucional poderia levar à conclusão de que as regiões que tinham variáveis relacionadas a melhores instituições no passado foram capazes de crescer mais ao longo do tempo e manter a qualidade de suas instituições no presente, mas essa hipótese não foi testada nesse trabalho.

Niquito *et al.* (2018) investigaram o papel das instituições e do capital humano no crescimento econômico dos municípios brasileiros. Eles usaram dados *cross-section* do IQIM para 2000, escolaridade média acima de 25 anos para 2010 e renda domiciliar *per capita* para 2010, para estimar regressões por MQ2E usando proporção de negros e pardos em 1872 e a razão entre professores e população em 1996 como instrumentos. Foram encontradas evidências robustas de que a qualidade institucional tem efeito sobre a renda *per capita*, mas não foram encontradas evidências robustas sobre o efeito do capital humano sobre a renda *per capita*.

Já Pereira *et al.* (2021) testaram os impactos diretos e indiretos das instituições no crescimento da produtividade, controlando para capital humano, capital físico e crescimento da demanda, nos municípios brasileiros. Os autores usaram dados de 2000, para o IQIM, dados de 1996, para índice de Gini de concentração de terras e, dados de 2000 do valor adicionado *per capita* da indústria como *proxy* da produtividade. Os autores usaram as técnicas de MQO e MQO2E, empregando variáveis geográficas como instrumento. O principal resultado encontrado foi que nos municípios com instituições inclusivas e com maior nível de capital humano, o crescimento da produtividade responde mais fortemente que o crescimento da demanda.

Suzuki *et al.* (2022) estudaram a heterogeneidade espacial do relacionamento entre qualidade institucional e crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros. Os autores usaram dados do IQIM, PIB *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e média de escolaridade para o ano 2000. Como metodologia, os autores utilizaram o método de análise espacial RPG, em dois estágios. Os principais resultados encontrados foram: i) instituições inclusivas aumentam o IDH, o PIB *per capita* e a escolaridade média; ii) a análise espacial mostrou que o efeito da qualidade institucional no desempenho econômico é heterogêneo; iii) os ciclos do ouro e do açúcar influenciaram a formação inicial de instituições em apenas parte dos municípios brasileiros.

Nakabashi e Pereira (2023) enfatizam que, além do investimento em tecnologia e capital físico e humano, instituições políticas e econômicas também são relevantes para atingir níveis mais altos de desenvolvimento. Com uma amostra de 5.503 municípios brasileiros, eles realizaram um exercício de contabilidade do desenvolvimento que mede os efeitos da qualidade institucional (medida pelo IQIM) no PIB *per capita*, intensidade de capital físico, estoque de capital humano e produtividade. Os resultados empíricos indicam que a qualidade institucional afeta o PIB *per capita* principalmente por meio da acumulação de capital humano e da produtividade total dos fatores.

Uma crítica comum que pode ser feita aos trabalhos de Niquito *et al.* (2018), Pereira *et al.* (2021), Suzuki *et al.* (2022) e Nakabashi e Pereira (2023) é que eles não usam dados em painel, isto é, que combinam características de séries temporais e de cortes transversais. Isso permitiria acompanhar as unidades observadas – municípios – ao longo do tempo, permitindo análises mais detalhadas sobre mudanças e relações causais.

Outra característica importante dos trabalhos apresentados anteriormente é o aspecto institucional investigado e sua respectiva origem conceitual. Conforme descrito no Quadro 1

esses estudos empregam o conceito de instituições *de facto* e instituições *de jure*, que remetem a Acemoglu *et al.* (2001; 2002), bem como o conceito de instituições inclusivas e extrativas presente em Acemoglu *et al.* (2005) e Acemoglu e Robinson (2012).⁵

Quadro 1 - Aspectos institucionais investigados nos estudos empíricos sobre regiões do Brasil

Trabalhos aplicados ao contexto regional do Brasil	Aspecto institucional investigado	Origem conceitual
Leivas, Menezes, Cravo e Santos (2015)	Instituições <i>de facto</i>	Acemoglu, Johnson e Robinson (2005)
Funari (2017)	Instituições <i>de facto</i> e instituições <i>de jure</i>	Acemoglu, Johnson e Robinson (2005)
Niquito, Ribeiro e Portugal (2018)	Instituições <i>de facto</i>	Acemoglu, Johnson e Robinson (2005)
Nakabashi (2020)	Instituições inclusivas	Acemoglu e Robinson (2012)
Pereira, Romero e Medeiros (2021)	Instituições inclusivas	Acemoglu e Robinson (2012)
Suzuki, Laurini e Nakabashi (2022)	Instituições inclusivas	Acemoglu e Robinson (2012)
Nakabashi e Pereira (2023)	Instituições <i>de facto</i>	Acemoglu, Johnson e Robinson (2005)

Fonte: elaboração própria.

Portanto, analisadas algumas das principais contribuições no estudo de instituições em regiões, estados e municípios brasileiros, o Quadro 1 comprova a importância da utilização de elementos centrais da análise de Acemoglu e coautores para aplicações empíricas voltadas para estes entes federativos, evidenciando sua importância para o entendimento de aspectos fundamentais do desenvolvimento regional brasileiro.

O que não quer dizer que não exista lacunas nesta literatura. Apesar da expansão da literatura empírica sobre a relação entre instituições e crescimento econômico no Brasil nos últimos anos, ainda existem perguntas sem resposta e, conseqüentemente, um vasto campo de pesquisa sobre o tema. A principal delas é que as instituições são tratadas como uma “caixa preta” (ACEMOGLU *et al.*, 2001, p. 1395), o que vale tanto para os estudos *cross-country* como para os estudos regionais: os resultados indicam que a melhoria das instituições resultaria em ganhos significativos na renda *per capita*, mas não apontam quais medidas concretas de políticas públicas levariam a uma melhoria nessas instituições. Sem dúvida, um ponto importante para futuras pesquisas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições têm sido cada vez mais apontadas como a principal razão para observarmos diferentes desempenhos econômicos em diferentes países. Muitos autores apontaram que diferenças em tecnologia, capital físico ou capital humano podem ser as causas

⁵ Outros estudos também são relevantes para se entender como questões institucionais afetam o desenvolvimento econômico nas regiões brasileiras como Santana e Barreto (2016), Ribeiro, Bastos e Oliveira (2017) e Leão, Ribeiro, Bastos e Hermeto de Oliveira (2020). Contudo, por não empregarem variáveis institucionais que remetem aos trabalhos de Acemoglu e coautores, tais estudos não foram considerados como referências para o presente trabalho.

“imediatas” para essas trajetórias distintas. Como demonstra uma análise atenta da literatura examinada por este artigo, no entanto, há muito mais além dessas causas que podem possibilitar o desenvolvimento econômico de países e regiões. As instituições têm sido estudadas como os principais determinantes “fundamentais” do desenvolvimento econômico.

O processo de desenvolvimento é reconhecidamente um processo de ruptura com padrões existentes. A estrutura institucional pode apoiar (ou restringir) atividades que aumentem a produtividade da economia, de cujo reflexo seria o crescimento econômico. O argumento da ótica institucionalista (independente da escola de pensamento) é que o desenvolvimento econômico envolve, necessariamente, mudanças institucionais, que costumam ser graduais e paulatinas. Além disso, é na tríade das instituições Estados, firmas e mercados, que em geral a discussão sobre o desenvolvimento econômico se concentra e sua interação é foco de análise para ilustrar os aspectos que caracterizam as suas relações interinstitucionais. Portanto, é nesse sentido que as instituições importam para o desenvolvimento e as mudanças institucionais podem (ou não) contribuir para o desenvolvimento.

Do ponto de vista teórico, cabe uma proposição de síntese dos trabalhos apresentados sobre o tema desenvolvimento econômico e instituições:

- Thorstein Veblen foca na evolução institucional e no papel dos hábitos culturais e sociais na economia, enfatizando como padrões de consumo e comportamento afetam o desenvolvimento;
- Douglass North, por sua vez, destaca a importância das instituições na redução dos custos de transação e na criação de incentivos para o progresso econômico;
- Ha-Joon Chang critica a visão ortodoxa do desenvolvimento e defende um papel ativo do Estado na construção de instituições que favoreçam a industrialização;
- Peter Evans explora a relação entre Estado e mercado, enfatizando a importância de um Estado desenvolvimentista capaz de coordenar políticas econômicas eficazes;
- Acemoglu e coautores analisam o desenvolvimento econômico a partir do papel das instituições políticas e econômicas. Eles argumentam que sociedades que constroem instituições inclusivas tendem a prosperar, enquanto aquelas com instituições extrativas enfrentam dificuldades econômicas. Nesse ponto, as mudanças institucionais a partir da evolução de instituições *de facto* e *de jure* são importantes para se entender a distribuição de poder econômico e político nas sociedades, bem como sua trajetória de desenvolvimento.

Acemoglu, Johnson e Robinson (2005) e Acemoglu e Robinson (2012) são exemplos de trabalhos que desenvolveram um quadro analítico para pensar sobre a razão pela qual as instituições econômicas diferem entre regiões. Embora haja uma controvérsia se esses autores são ou não filiados à NEI, eles empregam o conceito de instituições desenvolvido por Douglass North (1990). Os modelos analíticos propostos em trabalhos como estes geraram uma grande quantidade de estudos empíricos mundo afora, inclusive no Brasil, comprovando sua utilidade para avaliação da importância das instituições para o desenvolvimento econômico regional.

Nesse sentido, procuramos comprovar essa importância a partir da análise de amostra substancial de trabalhos sobre desenvolvimento econômico regional no Brasil a partir da base teórica de Acemoglu e coautores. Alguns pontos levantados merecem destaque:

- a) os objetos de análise são diversos, variando desde estudos comparativos de macrorregiões e estados até municípios – tanto numa perspectiva nacional, como numa perspectiva dentro de uma Unidade da Federação específica –, o que é positivo, mas não exaustivo, dada a diversidade histórica e institucional dos estados e municípios brasileiros;
- b) a maioria dos estudos utiliza dados mais recentes disponíveis para se mensurar a qualidade institucional, desconsiderando eventuais impactos de fatos e dados históricos, o que é um elemento importante na metodologia da abordagem institucional;
- c) o IQIM é a variável mais usada para mensurar a qualidade das instituições e ele tem se portado bem nos testes empíricos realizados, embora, de fato, o IQIM mesure a qualidade das gestões públicas municipais. Pesquisas recentes como Leão *et alli.* (2020) e Garcia *et alli.* (2023) propõem novos e promissores indicadores que mensuram o desenvolvimento institucional em nível regional, todavia, é preciso que mais trabalhos empíricos empregando esses novos indicadores sejam realizados a fim de verificar sua consistência;
- d) muitas das pesquisas empregam a técnica do MQO2E, que trata do problema da endogeneidade das instituições, e dados *cross-section*. Alguns estudos também têm usado técnicas de econometria espacial, o que trata o problema da autocorrelação espacial. Contudo, nenhum estudo ainda fez uso de dados em painel, o que permitiria controlar efeitos individuais que podem influenciar os resultados, além de possibilitar a identificação de padrões dinâmicos;
- e) parte substancial dos trabalhos investiga os impactos das instituições na renda *per capita*, focando, portanto, em crescimento econômico, e poucos usam o IDH, por exemplo, para mensurar impactos no desenvolvimento econômico.

Todos estes pontos levantados comprovam como a compreensão do desenvolvimento econômico regional tem avançado com esta literatura, e as lacunas encontradas na análise empírica apenas mostram que tais pesquisas precisam continuar, pois os resultados já obtidos comprovam sua importância.

Além disso, deixam como importante agenda de pesquisas a necessidade de avanços no entendimento dos mecanismos do desenvolvimento econômico. A partir de Daron Acemoglu e coautores, fica nítido que a história importa, as formas de crescimento capitalistas são diferenciadas e múltiplas, o processo de crescimento é contínuo e tem raízes históricas e institucionais profundas. Os estudos desses autores são propositivos e têm gerado um grande volume de trabalhos empíricos. Contudo, como mencionado anteriormente, ainda é preciso avançar no entendimento de quais medidas de políticas públicas são necessárias para melhorar as instituições e, conseqüentemente, possibilitar que as regiões se desenvolvam. Dada a qualidade da produção empírica estudada neste artigo, não resta dúvida de que estes avanços são inteiramente possíveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVITZ, M. Economics of growth. In: HALEY, B. F. (ed.). **A Survey of Contemporary Economics**. Homewood, Ill.: Richard D. Irwin, 1952.

ACEMOGLU, D.; S. JOHNSON; ROBINSON, J. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation, **American Economic Review**, v. 95, n. 5, p. 1369-1401, 2001.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, 2002.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam?** As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. The role of institutions in growth and development. **Review of Economic and Institutions**, v. 1, n. 2, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5202/rei.v1i2.14>.

ACEMOGLU, D.; GALLEGO, F.; ROBINSON, J. Institutions, human capital, and development. **Annual Review of Economics**, v. 6, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080213-041119>.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as the fundamental cause of long run growth. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. (eds.). **Handbook of economic growth**. v. 1-A. North Holland: Elsevier, 2005. cap. 6.

BARROS, A. R. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CAVALCANTE, C. M. Estado, instituições e desempenho econômico: os olhares de North, Chang e Evans. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 47, dezembro de 2020, p. 378-403.

CHANG, H-J. Understanding the Relationship between Institutions and Economic Development – Some Key Theoretical Issues. In: WIDER JUBILEE CONFERENCE, 2005, Helsinki. **Proceedings...** Helsinki, 2005. (Mimeo).

CHANG, H-J. Institutions and economic development: theory, policy and history. **Journal of Institutional Economics**, v. 7, n.4, p. 473-498, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1744137410000378>.

CHANG, H-J.; EVANS, P. The Role of Institutions in Economics. In: DYMSKI, G.; DA PAUL, S. (Ed.) **Re-imagining Growth**. London: Zed Press, 2005. (Mimeo).

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, v. 19, n.36, p. 25-46, 2001. DOI: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10664>.

DURLAUF, S. Institutions, development, and growth: where does evidence stand? In: BALAND, J-M.; BOURGUIGNON, F.; PLATTEAU, J-P.; VERDIER, T. (eds.). **The handbook of economic development and institutions**. Princeton University Press: Princeton, 2020.

EVANS, P. **Instituciones y desarrollo en la era de la globalización neoliberal**. Bogotá: ILSA, 2007.

EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

- FUNARI, P. P. P. Inequality, institutions, and long-term development: a perspective from Brazilian regions. In: BÉRTOLA, L.; WILLIAMSON, J. (eds.). **Has Latin America inequality changed direction?** Looking over the long run. Cham, Switzerland: Springer, 2017. p. 113-142.
- GARCIA, Renato de Castro; SERRA, M. A.; MASCARINI, SUELENE; SANTOS, A. P.; MODOLO, L.; SILVA, D. S. Mensurando a qualidade do governo regional: proposta metodológica e aplicação para o Brasil. **Análise Econômica** (UFRGS), v. 41, 2023.
- LEÃO, L.; RIBEIRO, H. M. D.; BASTOS, S. Q. A.; HERMETO DE OLIVEIRA, A. M. Indicador de desenvolvimento institucional municipal: impactos sobre a economia dos municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, v. 50, n. 4, p. 733-766, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-41615046lhsa>.
- LEIVAS, P. H. S.; MENEZES, G. R.; CRAVO, T. A.; SANTOS, A. M. A. A geografia das instituições: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 9, n. 2, p. 169-185, 2015.
- LEWIS, A. **The Theory of Economic Growth**. Homewood, Ill.: Irwin, 1955.
- LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), p. 619-637, outubro-dezembro/2013.
- MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. The future of new institutional economics: from early intuitions to a new paradigm? **Journal of Institutional Economics**, v. 10, n. 4, p. 541-565, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/S174413741400006X>.
- MENDES, M. **Reformas, políticas públicas de qualidade e a desigualdade regional**. Centro de Gestão e Políticas Públicas/INSPER, Policy Paper nº 67, setembro de 2022. Disponível em: <<https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/9ece383a-1137-46f9-b015-d385d4998d4e>>. Acesso em: 05 de agosto de 2024.
- NAKABASHI, L. A importância da qualidade institucional no desenvolvimento das regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, v. 74, n. 4, p. 465-493, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20200022>.
- NAKABASHI, L.; PEREIRA, A. E. G. Factors of production, productivity, institutions, and development: evidence from Brazil. **Review of Development Economics**, v. 27, n. 2, p. 1034-1055, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/rode.12975>.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Institutions or human capital: which is more important for economic performance? Evidence from Brazil. **Economic Bulletin**, v. 38 (2), p. 1069–1076, 2018.
- PEREIRA, H.; ROMERO, J.; MEDEIROS, V. Kaldor-Verdoorn's law and institutions: evidence from Brazilian municipalities. **Cambridge Journal of Economics**, v. 45, p. 511-536, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/beaa057>.

RIBEIRO, H. M. D.; BASTOS, S. Q. A.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Arranjos institucionais e desenvolvimento: uma análise multivariada e espacial para municípios de Minas Gerais. **Análise Econômica**, v. 35, p. 231-262, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.47686>.

ROS, J. **Rethinking economic development, growth, and institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SANTANA, A. S.; BARRETO, R. C. Qualidade institucional e desempenho econômico: análise empírica dos municípios brasileiros, 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 10, n. 2, p. 253-271, 2016.

SPITHOVEN, A. Similarities and dissimilarities between Original Institutional Economics and New Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, v. 53:2, p. 440-447, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.2019.1594532>.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. 1ª Ed. em 1959. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>>. Acesso em: 05 de agosto de 2024.

SUZUKI, W.; LAURINI, M.; NAKABASHI, L. Spatial heterogeneities, institutions, and income: evidence for Brazil. **Papers in Regional Science**, v. 101 (3), p. 537-571, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/pirs.12666>.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**: Um Estudo Econômico das Instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1912).

VEBLEN, T. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.